

Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.

CNPJ: 19.011.479/0001-90

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor-Presidente
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.940	2.987
Títulos e valores mobiliários	4	8	8.765
Contas a receber de clientes	5	6.257	6.171
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		212	-
Outros tributos compensáveis		66	235
Cauções e depósitos	6	8.922	9.576
Outros créditos		164	176
Total do ativo circulante		31.569	27.910
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	7	146.617	147.754
Intangível		1.107	1.138
Total do ativo não circulante		147.724	148.892
Total do ativo		179.293	176.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	13.608	9.212
Empréstimos e financiamentos	9	3.326	3.149
Debêntures	10	519	1.427
Obrigações por arrendamentos		55	87
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	80
Outras obrigações fiscais		125	145
Encargos setoriais		15	15
Ressarcimento mercado regulado	11	11.940	7.943
Dividendos a pagar	13	-	970
Outras obrigações		826	1.055
Total do passivo circulante		30.414	24.083
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	43.545	46.210
Debêntures	10	8.428	8.427
Obrigações por arrendamentos		3.309	3.331
Ressarcimento mercado regulado	11	1.820	1.651
Provisão para desmantelamento		282	428
Total do passivo não circulante		57.384	60.047
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	90.723	90.723
Reserva legal		830	830
Reservas de lucros		-	1.119
Prejuízos acumulados		(58)	-
Total do patrimônio líquido		91.495	92.672
Total do passivo e do patrimônio líquido		179.293	176.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	14	17.625	17.887
Custo do serviço	15	(11.733)	(11.795)
Lucro bruto		5.892	6.092
Despesas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(1.046)	(1.270)
Outras receitas operacionais		-	104
Total despesas operacionais		(1.046)	(1.166)
Resultado do serviço		4.846	4.926
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.881	2.020
Despesas financeiras		(7.568)	(8.417)
Total do resultado financeiro		(4.687)	(6.397)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		159	(1.471)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.336)	(932)
		(1.336)	(932)
Prejuízo do exercício		(1.177)	(2.403)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(1.177)	(2.403)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(1.177)</u>	<u>(2.403)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.723	830	3.522	-	95.075
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.403)	(2.403)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(2.403)	2.403	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.723	830	1.119	-	92.672
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.177)	(1.177)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(1.119)	1.119	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.723	830	-	(58)	91.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(1.177)	(2.403)
<u>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Encargos de arrendamento	401	377
Depreciação e amortização	5.681	5.658
Atualização financeira - desmantelamento	46	76
Juros e variações monetárias	5.765	5.520
Apropriação dos custos de transação	472	464
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.336	932
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	(86)	2.429
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(212)	(98)
Outros tributos compensáveis	149	(16)
Cauções e depósitos	654	(4.792)
Outros créditos	12	(101)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	4.396	999
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(145)	-
Ressarcimento mercado regulado	4.166	2.459
Encargos setoriais	-	1
Outras obrigações	(229)	809
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.271)	(900)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.815)	(4.474)
Pagamentos de juros de arrendamento	(401)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.742	6.940
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para ativos imobilizado e intangível	(4.652)	(1.163)
Títulos e valores mobiliários	8.757	(8.765)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	4.105	(9.928)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(4.817)	(4.944)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(107)	(413)
Pagamento de dividendos	(970)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(5.894)	(5.357)
Variação no caixa líquido da Companhia	12.953	(8.345)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.987	11.332
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	15.940	2.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 13 de setembro 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 30 MW no município de Cafarnaum, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 05/2013-ANEEL, com contrato vigente até 13 de fevereiro de 2049. Através do despacho ANEEL 3.557 de 23 de outubro de 2015 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar as unidades geradoras estavam aptas a produzir energia para atender aos compromissos mercantis firmados no leilão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e outros riscos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	1.846	105
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	12.314	-
Operações compromissadas	1.780	2.882
Total	15.940	2.987

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos exclusivos	8	8.765
Total	8	8.765

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das 36 cotistas e apresenta 3,36% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2022 (17,29% em 31 de dezembro de 2021). Esses fundos são administrados por Asset de primeira linha, são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI através de carteira composta majoritariamente por títulos públicos e letras financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 97,57% no ano (98,91% em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos mais de 90 dias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.979	-	1.979
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	-	29	29	75
Contas a receber - partes relacionadas (nota 18)	-	4.276	4.276	4.276
	1.979	4.305	6.284	6.198
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(27)	(27)	(27)
Total	1.979	4.278	6.257	6.171

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado – ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Cauções e depósitos

	31.12.2022	31.12.2021
Conta centralizadora	1.993	2.298
Conta de complementação do ICSD	1.123	1.019
Conta de reserva de O&M	685	1.251
Conta de pagamento de debêntures	175	186
Debênturistas	1.145	1.242
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	3.801	3.580
Total	8.922	9.576

O saldo de R\$ 8.922 (R\$ 9.576, em 31 de dezembro de 2021), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES e na escritura de emissão de debêntures;
- **Conta de complementação do ICSD:** conta corrente composta por aportes de valores para complementar o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), para que fique sempre igual ou superior a 1,20.
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta de pagamento das debêntures:** conta corrente para a qual são transferidos mensalmente o valor equivalente a 1/6 da próxima parcela das debêntures, até o seu pagamento;
- **Conta reserva do serviço da dívida das debêntures:** conta corrente composta por montante equivalente a próxima prestação da dívida de debêntures;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Com a apuração do ICSD abaixo de 1,20 no ano de 2021, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi mantido em 6x o valor do serviço da dívida em 2022, bem como foi mantido na Conta de Complementação do ICSD o montante necessário para que o índice atingisse 1,20.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	823	-	-	-	-	823
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	271	-	-	(192)	-	79
Máquinas e equipamentos	164.067	-	-	-	1.161	165.228
	165.161	-	-	(192)	1.161	166.130
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(115)	-	(9)	-	-	(124)
Máquinas e equipamentos	(21.640)	-	(5.497)	-	-	(27.137)
	(21.755)	-	(5.506)	-	-	(27.261)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.188	4.628	-	-	(1.161)	4.655
	1.188	4.628	-	-	(1.161)	4.655
Total do imobilizado	144.594	4.628	(5.506)	(192)	-	143.524
Ativo de direito de uso						
Terrenos	3.160	53	(120)	-	-	3.093
	3.160	53	(120)	-	-	3.093
Total	147.754	4.681	(5.626)	(192)	-	146.617

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	823	-	-	-	-	823
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	968	-	-	(697)	-	271
Máquinas e equipamentos	164.026	-	-	-	41	164.067
	165.817	-	-	(697)	41	165.161
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(81)	-	(34)	-	-	(115)
Máquinas e equipamentos	(16.167)	-	(5.473)	-	-	(21.640)
	(16.248)	-	(5.507)	-	-	(21.755)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	66	1.163	-	-	(41)	1.188
	66	1.163	-	-	(41)	1.188
Total do imobilizado	149.635	1.163	(5.507)	(697)	-	144.594
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.385	883	(108)	-	-	3.160
	2.385	883	(108)	-	-	3.160
Total	152.020	2.046	(5.615)	(697)	-	147.754

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%

Os ativos de direitos de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	26,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.090	49.120	52.210
Encargos provisionados	3.682	-	3.682
Encargos pagos	(3.674)	-	(3.674)
Transferências	2.910	(2.910)	-
Amortizações	(3.315)	-	(3.315)
Custo de transação	456	-	456
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.149	46.210	49.359
Encargos provisionados	4.068	-	4.068
Encargos pagos	(4.064)	-	(4.064)
Varição monetária	386	-	386
Transferências	2.665	(2.665)	-
Amortizações	(3.342)	-	(3.342)
Custo de transação	464	-	464
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.326	43.545	46.871

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
BNDES	62.822	15/03/2018	15/10/2032	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	31.711	Financiamento	46.871

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
3.452	3.765	4.103	4.468	27.757	43.545

Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD

Contrato	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de apuração do índice
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

- (i) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos; (-) distribuição de capital a qualquer título previstos para o ano seguinte
- (ii) Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (iii) EBITDA do ano de referência refere-se ao (+) lucro líquido; (+/-) resultado financeiro; (+) provisão para imposto de renda e contribuição social; (+) depreciações e amortizações; (+/-) quaisquer outras receitas e/ou despesas sem efeitos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 o ICSD foi de 0,95 (0,92 em 31 de dezembro de 2021).

No fim de 2021 foram realizados aditivos contratuais retirando a obrigação de manutenção do índice mínimo. Com os aditivos, a medição do ICSD passa a ser fator de ajuste do valor mínimo necessário a ser mantido na Conta Reserva de Complementação do ICSD e do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas na nota explicativa nº 6.

10. Debêntures

As debêntures possuem como garantias todas as suas ações atuais e futuramente detidas pela controladora Enel Brasil S.A., as máquinas e equipamentos do projeto, os recebíveis, bem como garantia corporativa da controladora e fiança bancária.

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Debentures de infraestrutura	490	29	519	8.428	8.428	8.947
Total	490	29	519	8.428	8.428	8.947

	31.12.2021				
	Circulante		Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda nacional					
Debentures de infraestrutura	1.427	1.427	8.427	8.427	9.854
Total	1.427	1.427	8.427	8.427	9.854

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.548	8.889	10.437
Encargos provisionados	801	-	801
Encargos pagos	(800)	-	(800)
Variação cambial	-	1.037	1.037
Transferências	1.499	(1.499)	-
Amortizações	(1.629)	-	(1.629)
Custo de transação	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.427	8.427	9.854
Encargos provisionados	745	-	745
Encargos pagos	(751)	-	(751)
Transferências	(1)	1	-
Amortizações	(1.475)	-	(1.475)
Juros incorporados ao principal	566	-	566
Custo de transação	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2022	519	8.428	8.947

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
Debentures de infraestrutura	10.750	28/12/2017	15/12/2028	IPCA + 7,62%	Semestral	Semestral	10.750	Debêntures	8.947

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

As garantias são compartilhadas entre BNDES e debenturistas. Com a concessão do *completion* físico e financeiro por parte dos debenturistas no ano de 2022, a fiança bancária anteriormente existente para as debêntures foi dispensada.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	Após 2025	Total
543	2.765	5.120	8.428

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2022, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 11.940 (R\$ 7.943, em 2021) e não circulante de R\$ 1.820 (R\$ 1.651, em 2021) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

12.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza fiscais e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2	2
Fiscais	9.130	8.630
Total	9.132	8.632

Fiscais:

A Companhia discute em Execução Fiscal apresentada pelo Município de Mulungu do Morro suposto débito de ISS no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 8.405 (R\$ 7.972 em 31 de dezembro de 2021). Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de Taxas de Fiscalização e Funcionamento cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 725 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2021).

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 90.723, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	89.996.750	99,20%	89.996.750	99,20%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	725.780	0,80%	725.780	0,80%
Total	90.722.530	100,00%	90.722.530	100,00%

13.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

13.4 Distribuição de resultado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 1.177 (R\$ 2.403 em 31 de dezembro de 2021), que foi absorvido pelo saldo de reserva estatutária.

14. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	18.438	18.698
	18.438	18.698
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(569)	(564)
Pis	(124)	(122)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(120)	(125)
	(813)	(811)
Total	17.625	17.887

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022			2021			
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Material	-	(1)	(1)	-	(80)	-	(80)
Serviços de terceiros	(3.260)	(2)	(3.262)	(3.199)	2	-	(3.197)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 18)	-	(983)	(983)	-	(969)	-	(969)
Energia elétrica comprada para revenda	(3)	-	(3)	(419)	-	-	(419)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.472)	-	(2.472)	(2.199)	-	-	(2.199)
Depreciação e amortização	(5.627)	(42)	(5.669)	(5.614)	(44)	-	(5.658)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	(62)	-	-	(62)
Transporte de potência de energia	(22)	-	(22)	(22)	-	-	(22)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 18)	(27)	-	(27)	(24)	-	-	(24)
Seguros	(322)	-	(322)	(256)	-	-	(256)
Outras receitas (despesas)	-	(18)	(18)	-	(179)	104	(75)
Total	(11.733)	(1.046)	(12.779)	(11.795)	(1.270)	104	(12.961)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.255	713
Variação cambial	598	1.007
Variação cambial realizada	1	-
Atualização de créditos tributários	5	-
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	20	-
Outras receitas financeiras	2	300
	2.881	2.020
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(951)
Variação cambial realizada	-	(3)
Custo de transação	(464)	(464)
Encargos de dívidas	(5.200)	(4.483)
Atualização de impostos e multas	(4)	(525)
Garantias e fianças	(405)	(168)
Variações monetárias - dívidas	(566)	(1.037)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(25)	(19)
Atualização financeira desmantelamento	(46)	(76)
Juros em arrendamento	(401)	(377)
Outras despesas financeiras	(457)	(314)
	(7.568)	(8.417)
Total	(4.687)	(6.397)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	18.969	18.698
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.518	1.496
Rendimento de aplicações financeiras	2.255	713
Variação cambial realizada	1	-
Outras receitas	-	104
Outras receitas financeiras	27	300
Total base de cálculo	3.801	2.613
Alíquota do imposto de renda (15%)	(570)	(392)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(356)	(237)
Total do imposto de renda	(926)	(629)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.276	2.244
Rendimento de aplicações financeiras	2.255	713
Variação cambial realizada	1	-
Outras receitas	-	104
Outras receitas financeiras	27	300
Total base de cálculo	4.559	3.361
Alíquota da contribuição social (9%)	(410)	(303)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.336)	(932)

18. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	950	702	(982)	(970)
Mútuo	Dezembro de 2017 a outubro de 2032	-	-	(81)	-
Total		950	702	(1.063)	(970)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Em 2022, a Companhia realizou pagamentos no valor de R\$ 1.234 para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de fruição de utilidades comuns, correspondendo a 6,9% de sua receita operacional líquida do ano de 2021, R\$ 17.887. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem aos encargos de uso da rede para a Enel Cien S.A., integrante do SIN – Sistema Interligado Nacional.

18.2 Empresas em controle em comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns		40	40	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento S.A		409	409	-	-
Enel Green Power Damascena S.A		39	39	-	-
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A		(122)	(122)	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(196)	(196)	-	-
Apiacás Energia S.A.		(12)	(12)	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		(20)	(20)	-	-
Enel Green Power Tacaicó S.A		(58)	(58)	-	-
Transporte de energia		(3)	(2)	(28)	(24)
Enel Cien S.A		(3)	(2)	(28)	(24)
Suporte Operacional		(5.001)	(5.601)	-	-
Enel Green Power S.p.A		(5.001)	(5.601)	-	-
Total		(4.964)	(5.563)	(28)	(24)

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Transmissão de energia: O saldo do contas a receber com geradoras são referentes ao suprimento de energia ACL, com liquidação em até 30 dias.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	15.940	15.940	2.987	2.987
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	8	8	8.765	8.765
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.257	6.257	6.171	6.171
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	8.922	8.922	9.576	9.576
			31.127	31.127	27.499	27.499
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	13.608	13.608	9.212	9.212
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	46.872	35.010	49.359	48.592
Debêntures	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	8.947	17.485	9.854	9.854
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	13.760	13.760	9.594	9.594
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	3.364	3.364	3.418	3.418
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	-	-	970	970
			86.551	83.227	82.407	81.640
			117.678	114.354	109.906	109.139

19.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

19.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	737	809	72	1.023	286
TJLP	4.622	6.145	1.523	6.175	1.553
Total	5.359	6.954	1.595	7.198	1.839

19.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

19.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	586	1.204	5.436	19.251	29.660	56.137
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(1)	(2)	1.247	9.777	1.495	12.516
Total	585	1.202	6.683	29.028	31.155	68.653

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

19.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	46.871	49.359
Dívida	46.871	49.359
Caixa e equivalentes de caixa	(15.940)	(2.987)
Títulos e valores mobiliários	(8)	(8.765)
Dívida líquida	30.923	37.607
Patrimônio líquido	91.495	92.672
Índice de endividamento líquido	25%	29%

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	40.123	210.536
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.